

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

Título: Governo estuda licitação de excedentes de cessão onerosa após acerto com Petrobras	8
Título: Petrobras resiste a liberar combustível para termelétricas	18

Sumário

VEÍCULO: O Globo	3
Título: Poder em Jogo	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Império do sol	3
Título: “Plano de Energia Limpa de Obama será revogado”	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Notas	6

VEÍCULO: Correio Braziliense	6
Título: Ataque à energia limpa	6
VEÍCULO: Valor Econômico	8
Título: Governo estuda licitação de excedentes de cessão onerosa após acerto com Petrobras.....	8
Título: Combustível e alimentos puxam elevação do IGP-DI	9
Título: Governo Trump vai revogar plano ambiental de Obama	11
Título: A energia renovável variável.....	12
Título: Geração solar ficará mais competitiva com mudanças no marco regulatório	15
Título: Participação na matriz elétrica deve superar os 10% em 2030	17
Título: Destaques	18
Título: Petrobras resiste a liberar combustível para termelétricas	18
Título: Usina de Cuiabá se envolveu em escândalos antes de operar	21
Título: Risco das petroleiras está controlado e pode facilitar fusões e aquisições.....	22
Título: Produtor de xisto deve elevar oferta.....	24
Título: Parisotto critica monopolismo indigesto da petroquímica	25
Título: Combustíveis.....	26
Título: Ibovespa passa por nova correção, mas sustenta os 75 mil pontos.....	27

VEÍCULO: O Globo**Seção:** Política / colunas**Autor:** Lydia Medeiros**Título:** Poder em Jogo

Apagão

O STJ julga recurso que pode inviabilizar o corte de energia de fraudadores e inadimplentes. A Aneel (agência reguladora) e a Abradee (associação dos distribuidores de energia elétrica) insistem em que interromper o fornecimento está previsto em lei. Mas o ministro relator, Herman Benjamin, pretende limitar a medida no caso de inadimplência, restringindo-a a débitos constituídos nos últimos 30 dias. A regra atual permite o corte relativo a débitos de até 90 dias passados. O advogado das distribuidoras, Vítor Alves de Brito, argumenta que o prazo não dá tempo hábil para a suspensão do serviço, considerados prazo de vencimento e aviso prévio. Segundo ele, o maior prejudicado será o próprio consumidor, que sofrerá o corte de imediato.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** Império do sol

A eletricidade produzida a partir da luz do sol, ou energia fotovoltaica, aparece como a grande estrela do relatório "Renováveis 2017 - Análise e Previsões para 2022", da Agência Internacional de Energia. E a maior responsável por isso, mais uma vez, é a China.

A geração solar foi a que mais cresceu entre as energias renováveis, alcançando quase a metade (45%) dos 165 gigawatts de capacidade adicionada em 2016, excluindo fontes de origem fóssil (carvão, petróleo e gás natural) e nuclear.

O Brasil instalou 7,8 GW de renováveis no ano passado —de um total de 9,5 GW no país—, repartidos entre usinas hidrelétricas (5,2 GW) e eólicas (2,6 GW). Mantém uma das matrizes de geração mais limpas, mas contribui com menos de 5% do crescimento verde mundial.

Já a China responde por 40% da capacidade renovável adicionada em 2016, e a maior parte disso provém da energia solar. O governo de Pequim incentiva essa fonte limpa na tentativa de minorar a poluição do ar gerada por termelétricas a carvão, grave problema de saúde pública e inquietação social.

Sob esse estímulo, o país asiático já representa 50% da demanda global por painéis fotovoltaicos e manufatura 60% desses equipamentos. A economia de escala adquirida tem levado a uma queda de preços mais acentuada do que se esperava, o que forçou a AIE a rever suas projeções para 2022.

De acordo com a agência, o custo de usinas solares deverá cair ainda 25% no quinquênio (contra 15% dos geradores eólicos, que seguiram essa trajetória antes).

Com preços mais competitivos, as renováveis deverão passar dos atuais 24% de participação na matriz de geração elétrica mundial para 30% em 2022.

Salta aos olhos a irrelevância do Brasil no que respeita à energia solar fotovoltaica. Algumas grandes centrais começam a ser instaladas, mas o investimento nacional na mais dinâmica fonte alternativa é desprezível, em termos mundiais.

O país só se destaca, no relatório da AIE, na seara das fontes renováveis para o setor de transporte. Embora o noticiário se concentre na voga dos veículos elétricos, o estudo ressalta que os biocombustíveis —como etanol e biodiesel— permanecerão como opções mais viáveis.

Sim, o Brasil conta com a matriz elétrica mais limpa entre nações de grande porte e liderança incontestada em álcool combustível. O futuro, no entanto, é solar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mundo

Autor: Jonathan Ernst/Reuters

Título: “Plano de Energia Limpa de Obama será revogado”

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, vai revogar o plano de seu antecessor, o democrata Barack Obama, voltado para a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa, anunciou o diretor da Agência de Proteção Ambiental (EPA), Scott Pruitt, nesta segunda-feira (9).

"Amanhã [terça], vou assinar uma proposta para acabar com o Clean Power Plan [Plano de Energia Limpa] da administração passada", disse Pruitt em um evento político em Kentucky, referindo-se ao plano que impunha redução nas emissões de CO₂ das centrais térmicas do país.

O Clean Power Plan buscou, pela primeira vez, reduzir as emissões de dióxido de carbono (CO₂) nos Estados Unidos a partir das usinas de energia, com reduções previstas de 32% para 2030 em relação a 2005.

"A administração passada estava usando cada pedacinho de poder e autoridade para usar a EPA para escolher vencedores e perdedores e a forma como geramos eletricidade neste país. Isso é errado", disse Pruitt sobre o plano, promulgado em 2015.

Se o plano tivesse entrado em vigor, teria provocado o fechamento de muitas das usinas a carvão mais antigas e mais poluentes. No entanto, está bloqueado pela justiça, a pedido de cerca de 30 estados, em sua maioria republicanos.

Trump assinou, em março, um decreto sobre a "independência energética", que ordenava revisar o plano de Obama sobre o clima para determinar se este excedia a autoridade do governo quando exigia limites de emissão mais estritos.

Os planos mais recentes da EPA, contidos em um documento intitulado "Revogação de diretrizes de emissão de poluição de carbono para fontes estacionárias existentes", dizem que a agência recorrerá à opinião pública sobre como reduzir as emissões das usinas de energia.

A EPA não emitiu, como era amplamente esperado, uma versão revisada e mais fraca do Clean Power Plan.

O presidente, que questionou a existência do aquecimento global e que as atividades humanas tenham um impacto negativo no planeta, prometeu impulsionar a indústria do carvão para dar trabalho aos mineiros.

No início de junho, Trump anunciou sua intenção de abandonar o acordo de Paris sobre o clima, assinado em dezembro de 2015 por 195 países para limitar o aquecimento global.

Antes da finalização das regras, em agosto de 2015, as usinas de energia, que representam cerca de 40% das emissões de carbono, "eram autorizadas a despejar quantidades ilimitadas de poluição de carbono na atmosfera", disse a Union of Concerned Scientists, uma ONG que faz uma revisão crítica das políticas governamentais em questões de ciência e tecnologia.

"Não existiam regras que limitassem suas emissões de dióxido de carbono, o principal motor do aquecimento global", disse em seu site.

Os padrões foram desenvolvidos sob uma lei do Congresso, chamada de Lei do Ar Limpo.

No entanto, o Plano de energia limpa estava suspenso desde fevereiro de 2016, quando o Supremo Tribunal dos Estados Unidos interrompeu sua implementação até que os tribunais pudessem decidir se ele era legalmente válido.

Os Estados Unidos são o segundo maior emissor de gases de efeito estufa do mundo, depois da China.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor:

Título: Notas

» **Porta da esperança.** A abertura de capital da Neoenergia é uma alternativa para banco e fundo venderem uma fatia de suas participações. O BB está debruçado na venda de ativos que não estão no seu negócio-chave em busca de foco na operação bancária e mais rentabilidade.

» **Abalada.** As discordâncias de BB e Previ com a empresa espanhola abala um relacionamento que há anos ia muito bem. Procurados, BB e Previ não comentaram. Neoenergia informou que desconhece a informação. Não foi possível contatar a sede da Iberdrola na Espanha.

» **Rusga.** O Banco do Brasil e seu fundo de pensão, a Previ, defendem a mudança do interlocutor da espanhola Iberdrola no Brasil, atualmente Pedro Azagra Blázquez. Sócios na Neoenergia, que recentemente foi unida à Elektro, BB e Previ sentiram um desgaste no relacionamento. Isso porque os acionistas avaliam que o executivo está se comportando mais como um inimigo do que como um sócio. Um dos temas que teria colocado as instituições brasileiras e a Iberdrola em lados opostos foi a recente tentativa de abertura de capital da Neoenergia. Sem consenso entre eles, a oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) acabou sendo adiada.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Mundo

Autor:

Título: Ataque à energia limpa

Um dia após investir contra a política de Barack Obama para poupar da deportação os estrangeiros que entraram nos Estados Unidos ilegalmente ainda como crianças, o presidente Donald Trump coloca em campo mais uma iniciativa destinada a minar o legado político do antecessor democrata. O

diretor da Agência de Proteção Ambiental (EPA, em inglês), Scott Pruitt, com trajetória ligada ao lobby dos combustíveis fósseis, anunciou ontem a decisão de revogar o plano do governo Obama para a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa, parte do compromisso dos EUA com o Tratado de Paris sobre mudanças climáticas — do qual Trump retirou o país.

“Amanhã (hoje), vou assinar uma proposta para acabar com o Clean Power Plan (Plano de Energia Limpa) da administração passada”, disse Pruitt em um evento político em Kentucky. O programa buscou, pela primeira vez na história dos EUA, conter as emissões de dióxido de carbono (CO2) a partir das usinas, com reduções previstas de 32% para 2030, em relação a 2005. O plano está suspenso pela Justiça desde fevereiro de 2016, a pedido de 20 estados, na maioria governados por republicanos, como Trump.

“A guerra contra o carvão acabou”, proclamou Pruitt. “O governo passado estava usando cada pedacinho de poder e de autoridade para usar a EPA e escolher vencedores e perdedores, além da forma como geramos eletricidade no país. Isso é errado”, acrescentou o diretor. Pruitt, político republicano de 49 anos, processou várias vezes a agência que hoje dirige quando era procurador-geral do estado de Oklahoma — inclusive para bloquear a entrada em vigor do plano de energia limpa, que teria fechado as usinas de carvão mais antigas e poluentes. Assim como o presidente, ele é cético quanto às mudanças climáticas.

“Com essa notícia, Donald Trump e Scott Pruitt vão cair em infâmia por lançar um dos ataques mais flagrantes à saúde pública, ao nosso clima e à segurança de cada comunidade nos EUA”, respondeu o diretor executivo da ONG ecologista Sierra Club, Michael Brune. “O dano causado pela ignorância deliberada de Trump terá agora miríades de rostos humanos, porque ele propõe jogar fora um plano que evitaria milhares de mortes prematuras e dezenas de milhares de ataques de asma infantil todos os anos.”

Trump, que fez da revogação de regulamentos uma peça central da campanha pela Casa Branca, em 2016, assinou em março um decreto sobre a “independência energética”, que ordenava revisar o plano de Obama sobre o clima para determinar se ele excedia a autoridade do governo ao impor limites de emissão mais estritos.

Imigração

Na noite de domingo, a Casa Branca enviou ao Congresso uma “lista de princípios” sobre a imigração que torna ainda mais difícil um acordo com a oposição democrata sobre o controle da imigração ilegal — outro tema central na campanha presidencial de Trump. O documento condiciona a suspensão da

deportação para uma parte dos jovens estrangeiros em situação irregular, medida adotada por Obama via ordem executiva (decreto), à aprovação de verbas para a construção de um muro na fronteira com o México, uma das principais promessas do candidato republicano, em 2016.

O programa do governo democrata, chamado Daca, livrava temporariamente da deportação cerca de 690 mil jovens, chamados dreamers (sonhadores), que ingressaram irregularmente nos EUA com os pais, quando eram ainda crianças. Diante do impasse entre governistas e oposicionistas no Congresso, Trump decidiu em setembro suprimir o programa, mas deixou a medida em suspenso por seis meses, deixando para os líderes das bancadas a tarefa de buscar um acordo. As negociações esbarram agora na dura reação dos democratas, que contam com votos suficientes no Senado para obstruir o andamento da proposta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Governo estuda licitação de excedentes de cessão onerosa após acerto com Petrobras

O governo estuda a possibilidade de promover mais de um leilão do excedente da cessão onerosa, além do que já está previsto para ocorrer no primeiro semestre de 2018. Segundo o secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do **ministério de Minas e Energia (MME)**, Márcio Félix, a alternativa de dividir a oferta das áreas em mais de uma licitação vai depender das condições de atratividade do mercado e de interesse das petroleiras.

"Estamos avaliando para fazer pelo menos um [leilão de excedente da cessão onerosa] em 2018. Vamos trabalhar para fazer um só. Mas há uma possibilidade de dividir isso aí", disse Félix, após participar de workshop sobre a influência do setor de transportes na demanda energética do país, promovido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ontem, no Rio.

Segundo ele, para alcançar a meta de realizar um leilão do excedente da cessão onerosa no primeiro semestre de 2018, é importante que governo e Petrobras concluam a negociação sobre a cessão onerosa até o fim deste ano. Um dos pontos em aberto é a definição do preço de referência para a negociação. Em ocasiões anteriores, o Félix já havia indicado que a Petrobras deverá ser credora no processo.

Questionado sobre a possibilidade de o governo fazer o pagamento em dinheiro, caso a União seja de fato devedora, o secretário afirmou que o pagamento será por uma moeda que tenha liquidez, como o petróleo.

"É uma moeda por liquidez. Se for óleo vai ter liquidez. Não é óleo que a Petrobras não possa vender. É equivalente [o petróleo em relação ao dinheiro]. Ou o governo vai vender o óleo e passar para a Petrobras o dinheiro ou entregar o óleo para a Petrobras e ela pode vender como ela quiser", completou.

Questionado sobre o volume de excedente da cessão onerosa, ele reafirmou que a quantidade possivelmente varia de 5 bilhões de barris de óleo equivalente (boe) a 10 bilhões de boe.

A estatal adquiriu em 2010 o direito de produzir até 5 bilhões de barris, por US\$ 42 bilhões. O contrato, no entanto, previa uma rodada de renegociação após a declaração de comercialidade das áreas, mas foi obstruído pela volatilidade dos preços do petróleo. Na época da assinatura do contrato, o preço de referência de venda do barril de petróleo estava perto de US\$ 80, mas desde 2014 caiu de forma acentuada. Hoje gira em torno de US\$ 50.

Sobre o programa "Gás para Crescer", Félix contou que a proposta de implantação do novo marco legal para o setor de gás natural pode ser dividida em dois projetos de lei. Nesse caso, a ideia seria ter aprovado até o fim do ano um projeto com linhas gerais e de perfil consensual, através do substitutivo de relatoria do deputado Marcus Vicente (PP-ES), que será apresentado na próxima segunda-feira, e outro, com questões que demandam mais discussões, no futuro.

"Junto com isso está a estratégia de negociação com o Congresso. Se tudo vai ficar num projeto de lei só, se vai ter um projeto de lei com as coisas mais polêmicas. Vai ter um [projeto] que queremos que seja aprovado este ano. E separar o que está mais confuso para uma discussão que leve mais tempo", completou ele.

Questionado, Félix não soube dizer se o projeto do deputado Vicente incluirá a criação de um mercado livre de gás natural nacional.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Alessandra Saraiva | Do Rio

Título: Combustível e alimentos puxam elevação do IGP-DI

A inflação apurada pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) subiu de 0,24% em agosto para 0,62% em setembro - a maior taxa desde dezembro de 2016 (0,83%). Mesmo com a alta no mês passado, o indicador acumula deflação de 2,03% no ano e de 1,04% em 12 meses. Itens agrícolas e combustíveis mais caros no setor atacadista levaram ao resultado, segundo o

superintendente-adjunto para Inflação do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), Salomão Quadros.

No caso de combustíveis, o comportamento é resultado da mudança na postura da Petrobras de reajustes mais frequentes nos preços dos derivados de petróleo. Ele afirmou que chegou ao fim o período de alimentos mais baratos de forma generalizada no atacado, como ocorreu em julho e de agosto. O indicador deve subir nos próximos meses, mas ele não acredita que a taxa ultrapasse 1%.

No Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que representa o setor atacadista e tem 60% de peso nos IGPs, a inflação saltou de 0,26% para 0,97% entre agosto e setembro. A variação no segmento combustíveis e lubrificantes para produção passou de -0,23% para 0,55% no período. A influência de itens agrícolas também foi intensa. Dos cinco itens que mais impactaram a alta do atacado, três eram de origem agropecuária: bovinos (7,48%), milho em grão (9,39%) e soja em grão (2,39%).

"Algumas das razões da aceleração de preços do atacado eram mais ou menos previsíveis. Os aumentos dos combustíveis, por exemplo. Que eles teriam impacto relevante no IGP-DI, isto já estava meio estabelecido", notou. "No caso dos alimentos, não era possível que os preços continuassem para sempre em patamar baixo", disse. "Recomposições e repasses de preços recomeçam a tomar corpo."

O movimento de saída de deflação dos alimentos também se fez sentir no varejo. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), 30% dos IGPs, passou de 0,13% para -0,02% entre agosto e setembro, principalmente por conta de tarifa de eletricidade residencial mais barata (-3,31%). No entanto, a deflação na Alimentação junto ao consumidor diminuiu de ritmo (de -0,83% para -0,48%) no mesmo período.

Quadros diz que não há sinais no IGP-DI que possam indicar descontrole inflacionário. Citou o núcleo da inflação varejista, usado para mensurar tendências e que passou de 0,14% para 0,28%. "Um núcleo de 0,14% é anormalmente baixo e não reflete realidade de nossa inflação. E um núcleo de 0,28% por mês, se colocarmos em taxa de 12 meses fica em 3,6% ao ano", comentou, acrescentando que é patamar muito baixo.

"Não vamos ficar mais com IGPs negativos", admitiu. "Mas não vejo com preocupação este número [de setembro], como se fosse indicativo de aceleração perigosa de preços."

No varejo, a energia elétrica mais barata ajudou a reduzir os preços em habitação (0,23% para -0,40%) entre agosto e setembro. Também houve decréscimos nos preços de transportes (1,46% para 0,50%) e de comunicação (0,05% para -0,02%). Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) desacelerou de 0,36% para 0,06% entre agosto e setembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Daniela Chiaretti | De São Paulo

Título: Governo Trump vai revogar plano ambiental de Obama

O governo de Donald Trump deve dar mais um passo hoje na tentativa de desmontar a política climática de Barack Obama.

Scott Pruitt, diretor da agência de proteção ambiental dos Estados Unidos, a EPA, disse ontem que irá revogar o Clean Power Plan, a espinha dorsal da política interna de combate à mudança climática de Obama. Ele disse ainda que anunciará novas regras para as emissões das térmicas a carvão.

"Aqui está a mensagem do presidente: a guerra ao carvão acabou" disse Pruitt ontem, no Estado de Kentucky, ao lado do líder dos republicanos no Senado, Mitch McConnell. O lugar é simbólico para a mineração. O carvão no Kentucky foi descoberto em 1750. Em 2010 havia 442 minas operando ali.

O Clean Power Plan tem por meta reduzir em 32% as emissões do setor de energia americano até 2030, comparadas aos níveis de 2005. "Em termos práticos, as emissões do setor já estão caindo em função da queda no preço das energias renováveis, das políticas públicas estaduais e do uso crescente de gás natural", disse ao **Valor** Lou Leonard, vice-presidente sênior de mudança do clima e energia do WWF-US. "Algumas estimativas indicam que essas forças de mercado e políticas estaduais poderiam produzir reduções de emissões comparáveis ou próximas ao Clean Power Plan", continua Leonard.

O anúncio de Pruitt vinha sendo aguardado havia dias. Mas outros movimentos do governo Trump podem ameaçar ainda mais as energias renováveis e dar mais sobrevida ao setor do carvão, segundo o "Financial Times". O secretário de Energia, Rick Perry, propôs novas regras para favorecer o carvão e a geração nuclear nos mercados de energia elétrica. A US International Trade Commission está considerando novas tarifas na importação de painéis solares.

A decisão de Pruitt deverá ser pivô de processos na Justiça. O procurador-geral do Estado de Nova York, Eric Schneiderman, já avisou que irá abrir uma ação para impedir a revogação do plano de energia limpa de Obama. O governo dos

EUA é obrigado, por uma decisão da Suprema Corte americana, de fevereiro de 2016, a estabelecer regras para a poluição do ar. "No curto prazo, Estados e grupos da sociedade civil irão questionar a decisão [do governo Trump] nos tribunais", avisou Leonard. "Observaremos de perto a nova regra para garantir que ela se encaixe na decisão da Suprema Corte", disse.

Trump chamou o aquecimento global de fraude ("hoax") e anunciou que os Estados Unidos estão fora do Acordo de Paris, o tratado climático internacional da ONU firmado em 2015. Pruitt vem dizendo que o Clean Power Plan é injusto para as empresas americanas e ultrapassa o mandato da EPA. "O governo passado usou toda a sua autoridade e poder para fazer com que a EPA escolhesse vencedores e perdedores na geração de eletricidade neste país. E isso é errado", disse Pruitt em Hazard, Kentucky.

Leonard, do WWF, lembra que já é concreta a liderança na ação climática nos EUA além dos limites de Washington. "Cidades, Estados, universidades e empresas não apenas têm prometido ações, mas já estão capitalizando com a economia limpa, gerando empregos e mandando um sinal para outros governos e investidores de que os EUA ainda podem cumprir as metas do Acordo de Paris", continua.

Pruitt, quando era procurador-geral de Oklahoma, processou a EPA em tentativa de bloquear o plano de Obama. Este ano, com Pruitt já na direção da EPA, uma análise das atribuições da agência concluiu que o melhor caminho para evitar a judicialização da decisão seria fazer audiências públicas para a substituição do plano de Obama por novas regras. **(Com agências internacionais)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Claudio Sales e Alexandre Uhlig

Título: A energia renovável variável

O planeta passa por intensa transformação na forma de explorar as fontes de energia, em particular as necessárias para produzir eletricidade.

A eletricidade é essencial para a sociedade moderna e um fator chave para o crescimento econômico. Ela constitui 20% de toda a energia consumida no planeta e continuará crescendo em todos os setores da economia, principalmente nos países em desenvolvimento: 1,2 bilhão de pessoas ainda não têm acesso à eletricidade.

Em termos globais, o setor elétrico, responsável por 32% das emissões de gases de efeito estufa (GEEs), está na vanguarda dos esforços para reduzi-las, seja pelo aumento da eficiência energética, seja pela ampliação da oferta de energia por meio de fontes renováveis (eólica, solar, hidrelétrica e termelétrica a biomassa).

Vários países têm buscado a diversificação das fontes de energia e a redução de suas emissões de GEEs. Estima-se que a oferta de energia nova por fontes de baixo carbono ultrapassará a por carvão antes de 2020. Até 2040, a produção de uma unidade de eletricidade emitirá um terço menos CO₂ do que hoje.

No ritmo atual, em 2040 cerca de 30% da eletricidade mundial será fornecida por energia eólica e solar fotovoltaica e a energia renovável variável tornar-se-á a principal fonte de eletricidade na União Europeia em 2030 e nos Estados Unidos, China e Índia em 2035. A categoria "energia renovável variável (ERV)" inclui as fontes eólica, solar e hidráulica a fio d'água (hidrelétricas sem reservatório de armazenamento de água).

No entanto, a descarbonização eficiente da geração de energia elétrica demandará mudanças estruturais no planejamento e operação do sistema elétrico, tanto para incentivar o investimento quanto para integrar altas parcelas de ERV à matriz de energia.

A integração de ERV foi estudada em detalhes pela Agência Internacional de Energia (IEA) usando modelos horários para os Estados Unidos, União Europeia e Índia. Os resultados demonstram a importância do planejamento do sistema elétrico e das medidas de integração da ERV.

Em todos os países, ações simples para garantir um sistema elétrico eficaz - como a expansão da rede e a implantação adequada de formas flexíveis de geração - são suficientes para integrar totalmente a ERV até que sua parcela no fornecimento total de eletricidade atinja 25%. Além deste limite, é necessário um conjunto de medidas de integração mais abrangente, incluindo o armazenamento de energia e ações que alterem a demanda de eletricidade - conhecida como Gerenciamento pelo Lado da Demanda (Demand-Side Management, DSM).

Sem a implementação de medidas de integração, nem toda a geração a partir de fontes renováveis variáveis poderá ser acomodada pelo sistema elétrico, uma situação conhecida como "corte" (curtailment). Isso pode prejudicar a economicidade da ERV e torná-la menos eficaz como opção de descarbonização.

No ritmo atual, a energia renovável se tornará a principal fonte de eletricidade na UE em 2030 e nos EUA em 2035

O "curtailment" corresponde à quantidade de ERV produzida que não é usada para atender à demanda e, portanto, é "perdida". Isto ocorre quando a oferta disponível por fontes renováveis variáveis excede a capacidade da rede para absorvê-la.

Os fatores que contribuem para o "curtailment" incluem baixa demanda, inflexibilidade de outras usinas, ou restrições de transmissão e operação. O corte também pode ocorrer por motivos econômicos - quando os preços da eletricidade são muito baixos ou negativos (preços negativos ocorrem quando as concessionárias pagam para que os usuários consumam energia a fim de evitar uma sobrecarga na rede elétrica, já que em alguns casos esta alternativa é mais viável do que pagar para que usinas produzam além de suas capacidades) - ou para permitir que as plantas de ERV forneçam serviços ancilares como, por exemplo, suporte de potência reativa e reserva para controle de frequência.

Caso a geração de energia por ERV ultrapasse os limites de integração dos sistemas elétricos e medidas adicionais não tenham sido implementadas, o "curtailment" da oferta de ERV pode alcançar níveis altos (de até um terço), o que teria como consequência a queda dos preços da eletricidade para perto de zero durante esses períodos, diminuindo a receita dos produtores de energia e inviabilizando investimentos em nova capacidade.

Na análise da IEA, o "curtailment" nas três regiões (EUA, UE e Índia) devido à falta de medidas de integração resultaria em um investimento desnecessário em energia eólica e solar de US\$ 165 bilhões, um custo adicional com combustíveis de US\$ 58 bilhões, e um aumento de 650 milhões de toneladas nas emissões de CO₂.

A integração de toda a geração de ERV ao sistema elétrico requererá uma série de medidas técnicas, institucionais, regulatórias e de mercado.

As medidas técnicas incluem:

- a ampliação de usinas flexíveis (como usinas hidrelétricas com reservatórios de acumulação e termelétricas a gás natural);
- a adoção de medidas de Gerenciamento pelo Lado da Demanda;
- o desenvolvimento e aprimoramento de sistemas de armazenamento de eletricidade;
- a construção de redes de transmissão e distribuição robustas e inteligentes, que suavizam a saída da ERV e conectam fontes flexíveis.

As medidas institucionais, regulatórias e de mercado incluem: a) a interação assídua entre as instituições responsáveis pelo planejamento e operação do sistema; b) a regulamentação do uso da reserva operativa; c) a organização de leilões de serviços ancilares e d) o aprimoramento dos modelos de planejamento, operação e formação de preços.

Caso as mudanças técnicas, institucionais, regulatórias e de mercado não sejam promovidas, quando a demanda por energia começar a crescer novamente correremos o risco de viver os problemas que a análise da IEA apontou para outros países: investimentos desnecessários em energias renováveis variáveis, custos adicionais em combustíveis fósseis para usinas flexíveis, e aumento nas emissões de CO₂ do setor elétrico.

A inserção de energias renováveis variáveis é uma tendência e, simultaneamente, um dos grandes desafios do setor elétrico mundial. O Brasil, que já possui uma matriz altamente renovável e que a cada dia que passa insere mais energias renováveis variáveis, precisa aprender as lições que podem ser extraídas a partir dos problemas vividos em outras partes do globo. A liderança global que buscamos em energia renovável deve ser conquistada com sustentabilidade nas três dimensões: ambiental, social e econômica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Geração solar ficará mais competitiva com mudanças no marco regulatório

A mudança do marco legal do setor elétrico, em estudo pelo governo, pode beneficiar, por tabela o setor de energia solar. A proposta de reforma setorial do governo tende a causar um aumento nas tarifas de energia, de acordo com cálculos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o que amplia a competitividade de sistemas de geração de energia solar instalados em residências e estabelecimentos comerciais e industriais.

Um dos principais temas da proposta de reforma do governo é o fim das cotas das hidrelétricas antigas que operam sob regime de cotas de energia fornecida às distribuidoras a um valor fixo e relativamente baixo. O fim das usinas possibilitará a venda desse bloco de energia, antes distribuído em cotas, livremente no mercado, podendo gerar um aumento médio nas tarifas de energia entre 0,2% e 16,7%, segundo a Aneel.

Segundo Diogo Zaverucha, sócio da SolarGrid, fornecedora de soluções de energia solar residencial e empresarial, as propostas de reforma setorial e de privatização do controle da Eletrobras indicam tendência de aumento das

tarifas de energia pelas distribuidoras, enquanto os custos de instalação de sistema de geração de energia solar continuam em queda.

"Em 2014, o payback [prazo de retorno do investimento] de instalação de projeto de energia solar era de dez anos. Em 2017, em Minas Gerais, o payback é de quatro anos", afirmou Zaverucha, ao lado do presidente da companhia, Fernando Slade.

A empresa, que recebeu no início do ano aporte do OM Group, "family office" de Oskar Metsavaht, venceu duas concorrências privadas recentemente, somando quase 4 megawatts (MW) de capacidade. Uma delas é voltada para o atendimento de uma rede de colégios. Para atender esse contrato, a SolarGrid deve concluir este ano a instalação de uma usina solar em Januária, no Norte de Minas Gerais.

O payback e o nível de competitividade de projetos de energia solar fotovoltaica, em relação às tarifas, variam de acordo com a área de concessão de cada distribuidora. "Em cerca de 80% do território nacional, a energia solar já atingiu a paridade tarifária. O quilowatt-hora [kWh] gerado pela solar é mais barato do que comprar da concessionária", explica Carlos Café, sócio-fundador do Studio Equinócio, empresa do grupo Aevo especializada em engenharia e consultoria em energia solar. "O desafio mesmo é o custo de capital."

Para o executivo, que milita no mercado de energia solar há cerca de 20 anos, o número de projetos de geração solar fotovoltaica em residências e estabelecimentos alcançará um milhão de unidades em cerca de cinco anos. "Só neste ano o setor como um todo mais do que duplicou o número de projetos instalados em relação ao ano passado", afirmou.

A projeção da Aneel, contudo é um pouco mais conservadora. A autarquia estima que o Brasil alcance a marca de um milhão de sistemas de geração de energia solar no país em 2024. Segundo a agência, em maio, foram contabilizados 10.280 instalações.

A proposta de reforma do marco legal do setor elétrico, porém, também gera preocupações no segmento de energia solar. "Ainda é cedo para fazermos um balanço de todos os impactos que essa medida poderia trazer para o setor", afirma o presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Rodrigo Sauer.

Se, por um lado, a descotização deve gerar um aumento das tarifas de energia, por outro, a reforma do marco legal pode gerar custos adicionais para o segmento de energia solar dependendo de como sejam feitas as mudanças na estrutura tarifária, segundo Sauer. "Também está sendo discutida nessa revisão

[do marco legal] uma possível atualização da estrutura tarifária e do mecanismo de tarifação de consumidores de baixa tensão. O impacto que essa revisão teria para os consumidores ainda é amplamente desconhecida", afirmou.

Além da questão tarifária, estudo feito pela Climate Policy Initiative (CPI) concluiu que apenas a disponibilidade de recursos naturais não é suficiente para estimular a geração de energia solar fotovoltaica no Brasil. O levantamento indicou que, no país, não necessariamente as regiões com maior potencial de irradiação solar, principalmente o Nordeste, são as que possuem a maior quantidade de projetos desse tipo. Fatores como tarifa elétrica, renda per capita e tamanho da população também influenciam na disseminação da tecnologia. De acordo com o estudo, o município do Rio de Janeiro concentra a maior quantidade de unidades consumidoras com geração fotovoltaica distribuída do país, de 436 sistemas.

Outra preocupação que também começa a surgir no horizonte do setor é com relação aos resíduos fotovoltaicos. Estudo recente realizado pelo programa de pós-graduação em Metrologia do Centro Técnico Científico da PUC-Rio, coordenado pelo professor Rodrigo Calili, identificou que ainda não existe no país uma lei tratando sobre o assunto. Entre as propostas levantadas pela PUC-Rio estão a priorização à importação de placas solares com design propício para fácil desmonte e reciclagem; a criação de uma lei que classifique os resíduos da energia solar fotovoltaica como "resíduos especiais"; e aperfeiçoar a especificação de equipamentos da indústria solar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Participação na matriz elétrica deve superar os 10% em 2030

Em um cenário de alta taxa de desemprego no país, o setor de energia solar fotovoltaica pode contribuir para a redução desse indicador, atualmente em 12,8%. Segundo cálculos da Solarize, especializada em capacitação de profissionais que atuam em projetos de instalação de sistemas solares fotovoltaicos, a parcela de energia solar na matriz elétrica brasileira deve subir de 0,02% hoje para mais de 10%, em 2030. No mesmo período, estima-se que sejam criados entre 60 mil e 99 mil novas vagas nesse setor.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Rodrigo Sauaia, para cada megawatt (MW) instalado de energia solar por ano, são gerados entre 25 e 30 novos empregos ao redor da cadeia produtiva solar fotovoltaica. O executivo destacou ainda que recente estudo da Associação Mundial de Energias Renováveis (Irena, na sigla em inglês) indicou

que, dos 9,8 milhões de empregos no setor de energias renováveis no mundo hoje, cerca de 3,1 milhões são da fonte solar. "Infelizmente o Brasil ainda está muito aquém. É um país que está atrasado no desenvolvimento da energia solar fotovoltaica", afirmou.

Além da Solarize, outra iniciativa que tem crescido na área de capacitação no mercado brasileiro de energia solar, é a "Rota Solar", desenvolvida pelo Studio Equinócio, empresa do grupo Aevo. A companhia realiza cursos itinerantes de projeto, instalação e técnicas de vendas em energia solar. O curso mais recente foi realizado na última semana, em Natal (RN)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Mudança na Eletronuclear

O presidente da Eletronuclear, Bruno Barretto, foi afastado ontem do cargo, informaram fontes ao **Valor**. Segundo essas mesmas fontes, um conflito de interesses devido a um processo judicial envolvendo a antiga Nuclen motivou o afastamento de Barretto. A Nuclen - Nuclebrás Engenharia foi um dos braços que formaram a Eletronuclear nos anos 90, a partir de uma fusão com a diretoria nuclear de Furnas. Barretto presidia a Eletronuclear desde julho do ano passado. O **Valor** apurou que Leonam Guimarães, diretor da Eletronuclear, deverá assumir interinamente a presidência da estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner, Camila Maia e Rodrigo Polito | Do Rio e de São Paulo

Título: Petrobras resiste a liberar combustível para termelétricas

O governo pode enfrentar dificuldades para garantir o suprimento de gás natural pela Petrobras para um conjunto de termelétricas sem combustível, conforme pedido pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). O **Valor** apurou que a decisão do colegiado, que reúne as principais autoridades energéticas do país, de pedir a liberação do gás contraria interesses comerciais da estatal, cuja gestão é considerada independente e comprometida em alcançar metas financeiras de redução de nível de endividamento e aumento de rentabilidade.

Além da termelétrica de Cuiabá, controlada pela Âmbar Energia, uma subsidiária da J&F dos irmãos Batista, o governo também quer colocar em operação as térmicas de Araucária, que está com fornecimento de combustível praticamente equacionado; TermoNorte II; Celso Furtado (ex- TermoBahia); e a TermoFortaleza (CE).

Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, a decisão do CSME e também pode ser entendida como uma tentativa de intervenção direta do governo na gestão da companhia, que não iria tolerar esse tipo de postura.

Uma das propostas do governo para a térmica de Cuiabá, segundo uma fonte, seria a Petrobras "segregar" o problema de governança e compliance envolvendo o grupo J&F, e voltar a fornecer gás para a usina em "caráter excepcional". O **Valor** apurou, no entanto, que a posição atual da Petrobras é de só fornecer combustível para a usina se ela for vendida e tiver um novo sócio controlador.

A usina, de 480 megawatts (MW) de potência, está no centro da denúncia do MPF contra o presidente Michel Temer. O empresário Joesley Batista teria oferecido a Temer 5% do lucro obtido com a geração de energia na usina, caso a Petrobras fornecesse gás para a térmica de Cuiabá.

Em nota, a Petrobras disse que receberá e analisará tecnicamente todas as demandas para reduzir o risco no mercado energético nacional, "desde que sejam atendidas as condições comerciais definidas pela empresa e sem qualquer subsídio concedido ou impedimentos de natureza jurídica."

Estatal rompeu contrato com usina da J&F e só considera retomar fornecimento caso a térmica seja vendida

Oficialmente, os técnicos do CMSE querem viabilizar o suprimento de combustível para essas termelétricas com o objetivo de reduzir o custo da energia no sistema. O país está importando energia da Argentina e do Uruguai. "Essa [garantia de gás da Petrobras para acionamento de térmicas] é mais uma das frentes para aumentar a segurança energética", disse o secretário de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis do **Ministério de Minas e Energia**, Márcio Félix, depois de participar de um evento no Rio. "Se tem térmicas paradas e precisamos de todas despachadas [operando], tem que ver as questões comerciais", completou.

Segundo cálculos de uma fonte ligada à Âmbar, apenas na semana passada, se a termelétrica tivesse operando, o custo para o sistema teria sido até R\$ 15,9 milhões mais barato, devido à diferença entre o custo de operação da termelétrica (CVU) e o custo marginal da operação (CMO). Em um ano,

mantendo-se as condições hídricas atuais, o montante poderia, portanto, superar os R\$ 800 milhões.

A estatal rompeu unilateralmente um contrato de fornecimento de gás com a termelétrica Cuiabá em junho, alegando violação da cláusula contratual que trata da legislação anticorrupção, depois que a usina foi citada na delação dos sócios da J&F. Existem dúvidas se o CMSE pode obrigar a estatal a fornecer o gás previsto nesse contrato. Depois a Petrobras voltou a negociar com a Âmbar, alegando que precisa concluir uma investigação interna de corrupção. Esse processo não tem data para terminar.

O problema é que o cenário hidrológico atual indica que o custo de geração no país vai crescer cada vez mais, e vai acabar sendo alocado aos consumidores. A termelétrica Cuiabá tem um gasoduto próprio e contrato com a Bolívia, mas o país vizinho não tem gás para atender todos os contratos. A Petrobras tem prioridade na exportação de gás para o Brasil e tem contrato que garante importação de 31 milhões de metros cúbicos por dia, mas tem trazido cerca de 26 milhões de metros cúbicos. Essa diferença será compensada entre a Petrobras e o governo boliviano no final do contrato. No momento a oferta é apertada na Bolívia e o país tem outros consumidores prioritários, como a Argentina.

No caso da TermoNorte, o suprimento de óleo foi interrompido porque a Petrobras discute com a Eletrobras na Justiça o pagamento de combustíveis para as subsidiárias depois de registrar calote de R\$ 17 bilhões. Para atender Uruguaiana, a Petrobras terá que comprar GNL mais caro no mercado internacional e injetar na Argentina, passando pela rede de dutos daquele país até chegar ao sul do Brasil.

No caso das térmicas de Fortaleza e Ceará existem dois problemas, segundo o **Valor** apurou. O mais imediato é que o navio Golan Spirit, que estava na Bahia, foi enviado para manutenção na Espanha. Por isso, o navio que estava atendendo o terminal de GNL de Pecém, no Ceará, foi para a Bahia. O resultado é que as duas térmicas não podem gerar ao mesmo tempo, pelo menos até novembro, quando o Golan Spirit voltará ao Brasil.

Um problema adicional com o suprimento da Bahia e Ceará é que elas têm garantido suprimento de gás a preços subsidiados, por integrarem o Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT). O programa foi instituído no governo FHC para incentivar a construção de termelétricas.

Isso significa que a Petrobras teria que comprar GNL no mercado internacional a preços de mercado - o preço médio no primeiro semestre foi de US\$ 6,31 por milhão de BTU - para revender por US\$ 4,18. Esse é o preço calculado com base

na portaria interministerial 234 de 2002, que instituiu o PPT. O gás da Bolívia custa US\$ 5,6 por milhão de BTU. De acordo com a nova política de preços da estatal, o gás é vendido por US\$ 7,1 por milhão de BTU no Nordeste.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Usina de Cuiabá se envolveu em escândalos antes de operar

Hoje controlada pela empresa Âmbar, da J&F, a térmica de Cuiabá esteve no meio de escândalos mesmo antes de começar a operar. Para construir o gasoduto na Bolívia, que supriria o gás para a usina, a Enron, dona original do projeto, conseguiu construir o trecho boliviano do gasoduto passando pela floresta Chiquitano, uma das maiores faixas de florestas tropicais da América do Sul. O dinheiro foi emprestado pelo Overseas Private Investment Corp. (Opic), uma agência americana que tem a missão de proteger justamente florestas ameaçadas como a Chiquitano.

Durante a construção, a Enron teve problemas ambientais quando chegou no trecho brasileiro. As máquinas esbarraram com uma caverna de morcegos - que poderia invadir um município próximo a Cáceres por causa da detonação de explosivos. A obra foi condenada na época pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (Fema) de Mato Grosso e o Ibama e só foi concluída depois que foram feitos desvios e perfurações que mudaram o trajeto original da tubulação.

Apesar de necessária durante o racionamento de energia, em 2001, a térmica só gerou nesse período usando óleo como combustível. Em dezembro daquele ano, a Enron entrou com pedido de concordata, protagonizando um dos maiores escândalos financeiros dos Estados Unidos, que levou aquele país a reformar a legislação com a Lei Sarbanes-Oxley (SOX).

Em 2002 a companhia americana colocou o gasoduto à venda. Quem comprou foi a Ashmore.

A térmica de Cuiabá sempre teve preço de energia barato graças ao contrato original da Enron com a empresa boliviana Andina (então controlada pela Repsol). O acordo garantia o suprimento com preço mais barato do que o previsto no contrato da Petrobras.

Com a nacionalização do setor de energia na Bolívia após a eleição de Evo Morales, que assumiu em 2006, a estatal boliviana YPFB passou a interferir nos preços e volumes de gás para exportação. Isso incluiu os contratos da Andina, uma das empresas nacionalizadas. Em 2007, a Bolívia aumentou de US\$ 1,09

para US\$ 4,20 por milhão de BTU o preço do gás para Cuiabá, que tinha contrato de venda de energia para Furnas.

Com o aumento do consumo no mercado boliviano e das exportações de gás para a Argentina, a Bolívia parou de fornecer gás para a usina. Para funcionar a usina dependia, como agora, da intervenção do governo. Isso sempre aconteceu nos momentos de crise hídrica. Em 2014, na gestão de Graça Foster, a Petrobras alugou a térmica. Em seguida, assinou um contrato de suprimento com a Bolívia para entrega de 2,24 milhões de metros cúbicos de gás até 2016, adicionais aos volumes entregues pelo Gasoduto Bolívia Brasil, para atender a usina de Cuiabá.

Simultaneamente, a estatal aceitou pagar à Bolívia US\$ 434 milhões, atendendo a um antigo pleito do governo daquele país, que cobrava retroativamente pelo envio de partes nobres do gás, o chamado "gás rico", exportado para o Brasil. O negócio chegou a ser analisado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Fontes que conhecem o contrato original disseram ao **Valor** que não existe previsão para esse pagamento. O valor adicional foi acertado em um evento na Bolívia com a presença de Evo Morales, que estava em campanha para sua reeleição. Um ano depois, em fevereiro de 2015, a usina foi comprada pela holding de investimentos da família Batista.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Risco das petroleiras está controlado e pode facilitar fusões e aquisições

Nem mesmo a forte derrocada dos preços nos últimos três anos, levando o valor do barril a um "novo normal", mais baixo, bastou para aumentar significativamente a percepção de risco do setor e impedir o acesso a capital pelas grandes produtoras de petróleo. Essa é opinião de Viktor Andrade, sócio de transações corporativas da consultoria EY (ex-Ernst & Young), que vê ainda bastante interesse para consolidação da área.

Em entrevista ao **Valor**, o especialista diz que há uma tendência geral no mundo de as petrolíferas verticalizarem a produção. Ou seja, buscam cada vez mais dominar cada ponta da cadeia produtiva para conseguir extrair o máximo de valor do processo de extração do petróleo. Um dos países que parece mais disposto a ir às compras em busca desse objetivo é a China.

"Se você listar em ordem todas as companhias de petróleo com fusões e aquisições, verá muitas empresas chinesas aparecendo", afirma. "O chinês tem baixo custo de capital, geralmente assume investimentos muito grandes e seu

interesse estratégico, de longo prazo, é alto". Nesse caso, a maior parte dos investimentos é em busca de reservas - ou seja, na área de exploração e produção.

No ano passado, o valor das transações de fusão e aquisição do setor foi de US\$ 395 bilhões ao redor do mundo, 16,2% acima dos US\$ 340 bilhões de 2015, mostra estudo da EY. Considerando apenas as megaoperações, a alta foi de 28%. Exploração e produção, no entanto, foi um segmento que sofreu queda de 11% no valor, para US\$ 130 bilhões.

Em 2017, a expectativa é que a tendência de aumento tenha se mantido, mas dessa vez com destaque especial para o início da cadeia. A consultoria considera que a disciplina das operadoras tem dado certo e o equilíbrio do mercado se intensificou - ajudando no relativo equilíbrio dos preços. Com isso, adquirir campos para produzir petróleo se tornou mais atrativo.

"Entre os alvos de fusões e aquisições, eu vejo mais oportunidades na África e no Brasil, especialmente", comenta Andrade. O mercado brasileiro virou uma espécie de vitrine, com ativos da Petrobras à venda e leilões de novas áreas exploratórias. Ao mesmo tempo, há também uma perspectiva de maior abertura do setor de combustíveis.

Para o sócio da EY, os investidores estrangeiros entenderam que é a hora de apostar no Brasil. A Petrobras mostrou que é possível produzir petróleo na camada pré-sal com margens saudáveis e as mudanças na regulação do setor - como retirar a obrigatoriedade de a estatal ser operadora ou a flexibilização das exigências de conteúdo nacional - têm ajudado nesse sentido. "Até por isso o último leilão [a 14ª Rodada da ANP] foi um sucesso", diz.

Mas nem tudo é otimismo na vinda ao Brasil. Além do malfadado custo Brasil, que envolve complexidade tributária e burocracia, por exemplo, assusta a crise política, de acordo com Andrade. Como investir em exploração e produção de petróleo requer largas quantias e um tempo de maturação extenso, a estabilidade institucional é vista como extremamente importante.

Sobre a perspectiva de continuidade da consolidação mundial, o especialista da EY lembra que em uma pesquisa recente feita pela instituição com as grandes companhias de petróleo e gás, a resposta à possibilidade de maiores alianças foi "sim" para ao menos metade delas. As oportunidades aparecem não só em fusões gigantes, mas com a reorganização do portfólio de ativos. "Prevemos desinvestimentos de operações não estratégicas, com menores margens ou risco mais elevado", explica.

De acordo com outro estudo da consultoria, o primeiro assunto na mente dos participantes do mercado é o nível de investimento. Eles querem saber se os cortes nos orçamentos vão continuar - ou, no lado negativo, se vão crescer de forma irresponsável. Nas teleconferências das empresas com analistas e investidores durante o segundo trimestre, o segundo tema mais tratado foi a distribuição a acionistas, com dividendos, por exemplo.

Distribuir proventos é possível às petrolíferas porque há caixa disponível. Elas fizeram a lição de casa, em muitas oportunidades captaram dinheiro com ações ou dívida, e equalizaram a estrutura de capital o suficiente. "De uma forma geral, o capital está lá para ser investido", diz Andrade. O "novo normal" para o preço - que dificilmente, aposta, voltará a US\$ 100 o barril - acendeu um alarme, mas agora parece que os temores podem ter sido precipitados, acrescenta.

"As companhias reduziram investimentos, cortaram custos e diminuíram as dívidas. Mas agora é a hora de mostrar que de fato podem atuar nesse novo ambiente de preço", afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Produtor de xisto deve elevar oferta

O repique recente nos preços do petróleo pode ter garantido aos produtores americanos grande espaço para elevarem sua oferta no ano que vem, afirma o Bank of America Merrill Lynch (BofA), em relatório. O "hedge" comercial feito por algumas companhias, diz o texto, diminuiu a sensibilidade do xisto aos preços.

A expectativa do banco é de que a produção de petróleo não convencional nos Estados Unidos aumente em 470 mil barris por dia em 2017 e se acelere para crescer 690 mil barris por dia em 2018. A maior parte do incremento, acrescenta, pode ser destinada ao escoamento, já que a ociosidade das refinarias locais já foi bem reduzida.

O BofA prevê cotação média de US\$ 50 para o Brent e US\$ 47 para o WTI no quarto trimestre, subindo para US\$ 55 e US\$ 53, respectivamente, no fim de 2018. A projeção para o ano que vem como um todo é do Brent a US\$ 52 e o WTI a US\$ 50.

No relatório, o banco argumenta que a atividade no xisto perdeu força nos últimos meses, barrada pela insuficiente alta de preços. Com cotação entre US\$

40 e US\$ 60 o barril, a cada US\$ 1 de oscilação a oferta americana pode mudar em 60 mil barris diários, calcula.

"Mas o rali recente trouxe uma oportunidade aos produtores desprotegidos", escreve a equipe do BofA. "Os dados de posicionamento comercial da Nymex [em Nova York] sugerem que a alta dos preços permitiu um hedge de larga escala para 2018", acrescenta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Parisotto critica monopolismo indigesto da petroquímica

O empresário Lirio Parisotto, dono da Videolar-Innova, está em campanha contra o que chamou de "monopolismo indigesto" na indústria petroquímica no Brasil. Em mensagens publicadas em perfis da empresa em redes sociais, Parisotto abriu fogo contra medidas protecionistas em mercados concentrados e, sem citá-la nominalmente, quis atingir a Braskem, única fabricante local de polipropileno (PP) e polietileno (PE).

Em duas postagens do fim de setembro e nos comentários que as acompanham, o empresário e alguns de seus seguidores exaltam a trajetória da Videolar, que comprou a Innova da Petrobras em 2014. Ao mesmo tempo, questionam as vantagens que o monopólio na petroquímica trouxe para "um grupo político e para uma família baiana". A Braskem é controlada por Odebrecht e Petrobras.

"Hoje sabemos como este monopólio foi criado. Uns estão pagando os pecados em Curitiba, outros pagaram um pedaço e estão purgando o resto em casa [em referência à Operação Lava-Jato]", afirma Parisotto.

Nessa postagem, o empresário tece considerações sobre o "abominável antidumping dado a uma empresa monopolista", ou o "remédio que virou veneno", ao ser usado "como reserva de mercado" para o único produtor nacional.

Teoricamente, a medida de proteção é justa e deveria ser temporária até que a empresa se torne competitiva. No entanto, segue Parisotto, transformou-se em veneno no caso do polipropileno, produzido aqui só pela Braskem, ao encarecer seu preço no mercado doméstico.

"Quando o antidumping é aplicado à moda anacrônica, ficam sufocadas as empresas, que já lidam com a deficiência logística, energia elétrica cara, juros absurdos e demais aberrações de ordem tributária e trabalhista", afirma.

O poliestireno, outro tipo de resina, que é produzido pela Videolar-Innova, não conta com proteção similar e esse tratamento é questionado pelo empresário. "Adivinhem quem fornece os insumos para a fabricação dos nossos produtos [A Braskem fornece matérias-primas à Videolar-Innova]? Por que tantas empresas têm de sofrer para o benefício de uma só?"

Na primeira mensagem, resultado de uma apresentação no II Fórum Nacional pela Competitividade da Indústria Química, em Porto Alegre (RS), o empresário lembra que a Videolar-Innova está investindo, apesar de as matérias-primas representarem de 70% a 90% dos custos, "da logística exorbitante e infraestrutura movediça que retarda os passos das empresas".

Essa não é a primeira vez que Parisotto se refere publicamente ao monopólio no setor petroquímico ou à concentração nas mãos da Braskem, mas o tom mudou. No ano passado, em evento da GO Associados, o empresário, que também é investidor e tem uma posição considerável em ações da Braskem via fundo de investimento, chegou a dizer que a petroquímica "sabe exercer bem o monopólio que foi dado".

Tampouco deve ser a última manifestação. O empresário já indicou que haverá nova mensagem nas redes sociais, sobre "como um monopólio quase quebrou uma empresa empreendedora e inovadora". Procurado, Parisotto informou que o que há a ser dito neste momento está nas postagens. A Braskem, por sua vez, informou que não comentaria o assunto.

Esse não é o ponto de conflito com a Braskem neste momento. O fundo de investimentos L.Par, minoritário ordinarista da petroquímica que tem Parisotto como cotista, colocou-se contra a recompra da Cetrel, empresa de serviços ambientais do Polo de Camaçari (BA), e deve decidir, até o fim desta semana, se vai questionar a operação na Justiça ou na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Para os minoritários, a operação de R\$ 610 milhões não tem propósito empresarial e parece um "acordo de conveniência" para transferir recursos à Odebrecht, cujas finanças foram duramente afetadas pela Lava-Jato. A petroquímica, por sua vez, defende que a aquisição da Cetrel "busca garantir a segurança e a confiabilidade das operações industriais no polo, em linha com a estratégia da Braskem de reforço de sua operação".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor:

Título: Combustíveis

- Etanol tem baixa em 12 Estados e no DF

Os preços do etanol hidratado nas bombas caíram em 12 Estados e no Distrito Federal e subiram em outros 12 na semana encerrada dia 7, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Na maior parte dos Estados, a diferença entre os preços da gasolina e do etanol continuou mais competitivo em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Finanças****Autor: Juliana Machado e Lucinda Pinto | De São Paulo****Título: Ibovespa passa por nova correção, mas sustenta os 75 mil pontos**

Em dia de liquidez reduzida com o feriado de Dia de Colombo nos EUA, que deixou os bancos no país fechados, o Ibovespa cedeu mais uma vez à realização de lucros e acomodação dos investidores, para terminar em queda de 0,43%, a 75.727 pontos.

Apesar da baixa, o índice conseguiu sustentar o patamar dos 75 mil pontos e limitou as perdas registradas ao longo do pregão, tendo chegado a atingir a mínima intradia de 75.181 pontos. O giro financeiro foi de R\$ 4,8 bilhões.

Analistas continuam sustentando que, ao se manter no atual nível, o Ibovespa ainda segue em ritmo positivo no curto prazo e pode aproveitar a volta da liquidez no exterior para renovar o fôlego. O feriado de quinta-feira (12) no Brasil, no entanto, também pode representar um mercado mais ameno, sem grandes movimentações.

As siderúrgicas e a Vale foram, mais uma vez, as grandes responsáveis pela baixa do Ibovespa. Ontem, a ação da CSN figurou entre as maiores quedas do dia e encerrou com perda de 3,41%, a R\$ 9,90. O papel preferencial classe "A" da Usiminas, entre os maiores movimentos financeiros do dia, fechou com queda de 1,82%, a R\$ 9,18. Também a Vale, segundo maior giro financeiro do Ibovespa, caiu 1,99%, a R\$ 31,50.

Segundo operadores, o movimento para esses papéis também é de correção, em especial considerando os ganhos que eles vêm acumulando: no mês, a CSN tem alta de 3,02%, enquanto a Usiminas PNA ainda sobe 18%; com o recuo de ontem, a Vale tem perda acumulada de 1,2%.

Para Pedro Galdi, analista de investimento da corretora Magliano, o Ibovespa ainda precisa de novos desdobramentos do lado político ou dados econômicos para recuperar o impulso. Sem isso, uma "realização saudável" continua em

foco. "É difícil saber até onde essa realização pode ir, mas a tendência em si não mudou para o mercado, porque os elementos econômicos ainda estão firmes", afirma.

Na ponta positiva, foi o movimento da blue chip Petrobras que garantiu um pregão com perdas menos intensas. A ação preferencial da estatal, maior volume girado no dia, subiu 1,27%, a R\$ 15,89; a ordinária teve avanço de 0,67%, a R\$ 16,48.

Relatório de análise gráfica do Itaú BBA destacou que a tendência de curto prazo para o índice continua, especialmente se mantido o nível dos 75.600 pontos. A primeira resistência para o Ibovespa, segundo o banco, está ainda nos 78 mil pontos, a partir do qual o movimento de alta deve seguir até o próximo objetivo, de 82 mil pontos.

"O mercado perdeu o suporte inicial em 76.400 pontos e poderá continuar o movimento de realização. Porém, se voltar a subir e superar a máxima em 78 mil pontos, voltará a força para cima", afirmou o Itaú BBA em sua análise.

MME / ASCOM .